

Política

Plano Plurianual
SP vai priorizar áreas
mais pobres em divisões
de verba. Pág. A10

COLUNA DO ESTADÃO

ALBERTO BOMBI
TWITTER: @COLUNAESTADAO
LINKEDIN: COLUNAESTADAO
FACEBOOK: COLUNAESTADAO

Com palco proibido, ato terá trio elétrico de luxo

Estrutura que será palco principal da manifestação de sábado, 2 de outubro, contra Jair Bolsonaro na Paulista é bem conhecida de foliões dos carnavais de Salvador e São Paulo. Organizadores do ato alugaram por R\$ 100 mil o trio elétrico Demolidor, usado por anos nos blocos de Iteva Sangalo e outros artistas. A estrutura é luxuosa: 24 metros de comprimento que abrigam camarins com luz de cromoterapia, decoração interna baseada no feng shui, área VIP, quatro banheiros, caixas de som com 343 mil watts de potência e elevadores hidráulicos.

Sai do chão. As 80 entidades de coordenação da campanha Fora Bolsonaro afirmam que dividirão o valor do aluguel do trio e têm arrecadado doações via Pix para bancar a empreitada. Além do Demolidor, o ato na Paulista terá outros dois trios elétricos menores.

Então tá. A aposta em estrutura desse porte veio após a Prefeitura negar a montagem de palco fixo na Paulista, ideia inicial para evocar as manifestações das Diretas-Já, nos anos 80.

É pentail! Os organizadores negociaram com empresa conhecida por eventos esportivos que arrastaram multidões. Foi em versão anterior do Demolidor que jogadores da seleção brasileira desfilaram após o pentail, em 2002, por exemplo.

Line-up. A organização confirma presença dos presidentes Ciro Gomes (PDT) e Alessandro Vieira (Cidadania), além de lideranças, parlamentares e dirigentes de 21 partidos, incluindo do MDB, do DEM, do Novo e do PSDB.

Quem... Como mostrou a Coluna, a disputa pelos votos do Sul nas prévias do PSDB segue intensa. O deputado estadual Marcos Vieira (SC) foi questionado pelo ex-senador Paulo Bauer sobre uma carta de apoio a Eduardo Leite (RS).

Assina? Bauer pediu a lista de signatários da carta, que considera precipitada. "Ouvir a todos para bem decidir é imprescindível para o País e para o PSDB."

Cupido. Veterano da política paulista, Campos Machado (Avante) tem sido peça importante nas articulações para unir Geraldo Alcfimin, Márcio França e Paulo Skaf.

Cupido 2. "Experiência e lideranças fortes são a melhor receita eleitoral neste momento difícil da nossa política", diz Campos.

SINAIS PARTICULARES. Campos Machado, deputado estadual (Avante - SP)

PRONTO, FALE!
Carla Zambelli
Deputada Federal (PSL-SP)
"Só porque o sítio tem quadro do Lula, avental do Lula, adaga do Lula e barco do Lula a Justiça teria que julgar que as reformas eram para o Lula?"



CLICK. Palco do ato deste sábado na Paulista, trio elétrico foi escolhido por estrutura robusta; sistema permite que som se propague por até 1 km de distância.

Poderes. Projeto que impõe barreiras a remunerações acima do teto no funcionalismo público está parado no Senado; texto foi encaminhado à CCJ, mas não há relator definido

Lobby do Judiciário barra breque aos 'supersalários'



Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (à dir.), e o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre; proposta está parada

Lauriberto Pompeu / BRASÍLIA
Depois de levar mais de quatro anos para ser aprovado na Câmara, o projeto de lei que impõe barreiras aos "supersalários" no funcionalismo público agora empacou no Senado. O texto foi encaminhado para o Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto e, passados quase dois meses, nem sequer há um relator definido, o primeiro passo para fazer a tramitação andar. O motivo, segundo operadores onivotos pelo Estadão, é a pressão de representantes do Poder Judiciário para barrar a proposta.

Um dos opositores ao projeto é o próprio presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. Ao Estadão, ele afirmou não ser contra barrar supersalários, "inclusive de servidores da Justiça", mas entende que "mudanças na Lei Orgânica da Magistratura (Loman) devem partir do Poder Judiciário". O Judiciário, contudo, não enviou nesses últimos quatro anos projeto nesse sentido.

O presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), relator a colegas ter sido procurado nos bastidores por integrantes de Cortes Superiores que sugeriram a ele "sentar em cima do projeto". O lobby para barrar as mudanças que pode reduzir o contracheque de juizes, desembargadores e outras categorias do funcionalismo, porém, também tem sido feito à luz do dia.

No dia 18 de agosto, a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil, se reuniu com Alcolumbre e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para manifestar "receio de retrocessos" com o texto vindo da Câmara. "Há um equívoco entre o que é verba indenizatória e remuneratória", disse ela, em texto registrado no site da

entidade, que reúne 14 mil associados e é uma das principais associações de juizes do País. Procurada pelo Estadão, Renata afirmou que cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentar e fiscalizar os pagamentos. "A AMB posiciona-se pela estrita observância dos ditames da Constituição Federal e das decisões do Supremo acerca das verbas indenizatórias", disse, em nota.

Atualmente, embora exista um teto remuneratório equivalente ao salário de um ministro do Supremo, de R\$ 29,2 mil, esse patamar costuma ser "fictício", porque os vencimentos abrangem "pendericalhos", como auxílio-livro, auxílio-moradia, auxílio-banda larga, entre outros, fazendo com que os ganhos mensais estoure o teto. São esses benefícios que são limitados caso o projeto seja aprovado.

Em todo o País, são mais de 500 tipos de benefícios concedidos a servidores, que elevam as remunerações a patamares acima dos R\$ 100 mil. Foi o que ocorreu no início do ano no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, quando um magistrado recebeu R\$ 274 mil extras em indenizações e "pendericalhos".

A proposta em discussão no Senado reduz a apenas 32 os benefícios que poderão superar o limite constitucional. As mudanças estipulam, por exemplo, que o auxílio-creche poderá ter valor de até 3% do salário máximo pago a um servidor, o que equivale a R\$ 1,178 mil. Serão ainda limitadas a "venda" de férias a 30 dias por exercício. A medida atinge em especial magistrados e integrantes do Ministério Público que têm direito a 60 dias de férias e recebem o adicional de férias nos dois períodos.

Em ofensiva para manter ao menos parte dos "pendericalhos", o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Geraldo Francisco Pinheiro Franco, enviou ofício a Pacheco no início do mês em que pede alterações no texto aprovado pela Câmara. Na prática, as mudanças sugeridas desfiguram a ideia de dificultar pagamentos acima do teto. Ele quer, por exemplo, o aumento do auxílio-saúde de 5% para 10% do salário, a retirada do limite para o ressarcimento de diárias e a manutenção dos atuais 60 dias para o adicional de férias e para a licença-prêmio. "Longe de constituir um privilégio da magistratura ou dos servidores públicos, o direito à indenização de férias não gozadas ostenta natureza de direito social, não passível de supressão nem mesmo por emenda constitucional", escreveu o presidente do TJ-SP.

Outra entidade que tem atuado para evitar a aprovação do texto é a Associação de Juizes Federais (Ajufe), que representa todos os magistrados federais de primeira e segunda instâncias, bem como os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo. Para o presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, o projeto aprovado na Câmara restringe direitos do servidor. "É importante ressaltar que benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-creche e outras formas de compensação são comuns a todo tipo de trabalhador, não podendo o servidor público ser penalizado por recebê-lo, nem que tenha seus direitos restringidos", disse ele.

'Pendericalhos'
"Enquanto não se vota definitivamente eles continuam. O Tribunal de Contas do Rio criou há um mês mais um auxílio adicional de R\$ 12 mil."
Rubens Bueno (Cidadania-PR)
RELATOR DO PROJETO NA CÂMARA

* ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROFESSOR DA UNESP EM ARARAQUARA

PREMIADO COM O PRÊMIO DE JORNALISMO DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DO BRASIL

pressreader